

DETETIVES POLICIAIS, JORNALISTAS E MOEDEIROS FALSOS NA AMÉRICA DO SUL: CONEXÕES TRANSNACIONAIS

Diego Galeano¹

RESUMO

Este artigo analisa o papel dos detetives das polícias sul-americanas na perseguição de redes transnacionais de moedeiros falsos. Em particular, deita o olhar em uma série de viagens a países limítrofes realizados por agentes das polícias de investigação em começos do século XX. Estes deslocamentos permitem examinar a trama de negociações ao redor da investigação deste tipo de crimes e que envolvia diferentes atores (detetives e agentes secretos da polícia, repórteres e correspondentes da imprensa, fabricantes, intermediários e distribuidores de notas falsas). Busca-se mostrar a estreita conexão entre todos eles: cada uma de suas decisões incidia nos movimentos e nas margens de ação dos demais. Os casos de investigações internacionais suscitavam desafios específicos aos cronistas das notícias policiais da imprensa, aos detetives e aos próprios integrantes das redes delitivas.

Palavras-chave: América do Sul. Falsificação de dinheiro. Jornalismo policial. Polícia de investigações. Redes delitivas transnacionais.

ABSTRACT

This article analyzes the actions of South American police detectives in the persecution of cross-border counterfeiting networks. Specifically, it focuses on travels undertaken by police investigators to neighbouring countries in the early twentieth century. Such actions allow examination of the negotiation tactics surrounding the investigation of this kind of crime, which involved different social participants: detectives and undercover agents, reporters and press correspondents, manufacturers, dealers and counterfeit money distributors. We seek to examine the close connection between such actors: each individual decision affected the movements and scope of others' reactions. The cases of international investigations created specific challenges to reporters of police chronicles, to the investigation agency detectives and to the members of the criminal networks themselves.

Key-words: Counterfeit Money, Investigation Police, Criminal Networks, South America

1 Doutor em História Social (UFRJ) e Professor de História Contemporânea da PUC-Rio. E-mail: dgaleano@puc-rio.br

INTRODUÇÃO

Apesar do notável crescimento da história social do crime nos últimos anos, a falsificação de papel moeda continua sendo um campo quase completamente inexplorado. Algo mais robusta é a historiografia da falsificação metálica, desde as aproximações pioneiras de Braudel (2013, p. 711-715) e Grendi (1987) sobre a circulação de moedas falsas no espaço mediterrâneo até os numerosos trabalhos sobre o tráfico atlântico entre a América espanhola e a Europa nos séculos XVII e XVIII (VALENCIANO, 1986; CAPOROSSI, 2007; GUTIÉRREZ, 2008; PICO, 2017). Tais estudos revelam a complexidade deste crime que implicava certa divisão do trabalho entre fabricantes e distribuidores de dinheiro falso, assim como a porosidade das fronteiras entre as redes de falsificação e os circuitos de comércio legal.

As escassas pesquisas sobre o fenômeno da falsificação de cédulas a partir do século XIX, período marcado por uma drástica monetarização da vida social, sugerem que este crime assume as características de um mercado ilegal. O negócio da moeda falsa, estruturado com regras mercantis e protagonizado com empreendedores em busca de oportunidades criminais, tem sido analisado por historiadores como Johnson (1995) e McGowen (2005). Ambos os autores destacam a paulatina preocupação dos governos pelo impacto econômico do fenômeno delitivo e a inquietação dos bancos emissores pela corrosão da confiança nos papéis de crédito. Autoridades bancárias e governamentais promoveram a criação de novas agências de investigação especificamente dedicadas à vigilância das quadrilhas de falsificadores (como, por exemplo, o Serviço Secreto dos Estados Unidos), tendência global que buscava centralizar as tarefas de perseguição e repressão da moeda falsa. As agências à escala nacional procuravam, por um lado, limitar a ação das autoridades locais, muitas vezes suspeitas de negligência, inclusive de cumplicidade com os falsários, e simultaneamente construir espaços de colaboração com polícias de outros países. O crime de falsificação de dinheiro envolvia complexas redes transfronteiriças que conectavam distintas regiões e que, em certas ocasiões, chegavam a produzir em um país notas falsas de outro, valendo-se de circuitos de exportadores que as distribuíam no estrangeiro (ORTEGA, 1994).

À exceção de algumas aproximações pontuais (PICCATO, 2001, p. 144-148; ALVARADO, 2011, p. 104-109; GALEANO 2017), pouco tem sido investigado sobre a falsificação de dinheiro na América Latina. No entanto, esses trabalhos aportam elementos para reconhecer a existência de um mercado ilegal de moeda falsa com forte presença de estrangeiros, pautas de negócios que se repetiam de país em país, assim como uma mesma divisão de tarefas entre fabricantes, intermediários e circuladores. Este texto não aborda em profundidade essa dimensão do negócio da falsificação

como mercado ilegal, mas parte desse ponto para abrir outra interrogação: como se investigavam estas redes transnacionais de moedeiros falsos com polícias locais que, nos primórdios do século XX, nem sequer possuíam jurisdição federal?

O caso das redes de falsificação de dinheiro permite discutir a emaranhada trama das investigações além das fronteiras, que envolviam pelo menos três atores-chave: detetives e agentes secretos da polícia, repórteres da imprensa e, por último, os próprios falsários e seus cúmplices. Esta triangulação estratégica que, nos casos de falsificações transfronteiriças, podia somar embaixadores e correspondentes dos jornais, estava rodeada de negociações e disputas: cada passo que dava um desses atores tinha consequências imediatas para o outro. Tratava-se, ademais, de um mundo em constante movimento: circulações delitivas de falsificadores e circuladores que se deslocavam de uma cidade a outra; conexões policiais que suscitavam trocas de antecedentes, envios de telegramas e viagens de detetives; tráfico de primícias e missões jornalísticas que também enfrentavam o desafio de construir notícias à distância.

O marco temporal abrange um momento no qual as agências policiais de investigação estavam adquirindo forma na Argentina, Uruguai, Brasil e Chile, de maneira conectada e dialógica. No intuito de tornar esses fios visíveis, este texto analisa dois casos próximos no tempo, separados por apenas alguns meses do ano de 1913: primeiro, um grupo de detetives cariocas que viajaram ao Rio da Prata para descobrir um ateliê de falsificadores e, à continuação, outro de policiais argentinos que se trasladaram ao Chile com idêntica intenção e, mais tarde, ao Peru. Em ambos os casos, o dinheiro falso não imitava as notas do país onde estava localizada a fábrica, mas do país dos detetives em trânsito. De todo modo, se o mapa de ação era transnacional, muitos de seus efeitos eram estritamente locais, afetando carreiras concretas de jornalistas e policiais.

Dar conta desse jogo de escalas entre a dimensão transnacional e a local é um desafio metodológico desde texto. Na América do Sul, a história do crime e dos ilegalismos tem mostrado um recente interesse pelas redes delitivas (CORDERO, 2010; FLORES, 2014; GALEANO, 2018). Quando se trata de redes transnacionais, a maior parte dos trabalhos focam-se nas circulações no espaço atlântico sul-americano, que este capítulo aborda na primeira parte. Poucos estudos têm conectado esse território, em uma análise integradora, com as circulações transandinas que são objeto da segunda parte. Desse modo, discerne-se um amplo mapa de redes delitivas, policiais e jornalísticas que a falsificação de dinheiro permite explorar em profundidade.

Além de iluminar regiões diferentes das circulações de moedeiros falsos, cada parte deita o olhar sobre um problema específico na dinâmica

entre a dimensão transnacional e a local. Em primeiro lugar, as viagens dos detetives cariocas a Buenos Aires e Montevideú mostra que as investigações policiais no estrangeiro se deparavam com um empecilho fundamental: as regras locais de procedimento para busca e autos de prisão em flagrante. Mesmo que as prévias averiguações detetivescas fossem impecáveis, o sucesso final da missão dependia da entrada na fábrica com mandado judicial e da detenção dos suspeitos em flagrante delito. Em segundo lugar, os deslocamentos dos policiais argentinos ao outro lado da Cordilheira dos Andes levam à análise para a questão do tratamento destes casos na justiça. O processo crime localizado no Arquivo Nacional do Chile torna possível examinar as formas em que procuradores e juízes lidavam com casos de fabricação de moeda estrangeira. Essas fontes judiciais são cruzadas com arquivos diplomáticos e policiais, assim como também com numerosas reportagens publicadas em jornais, revistas e magazines ilustrados.

Sherlocks cariocas no Rio da Prata

“Peguei flagrante fábrica notas cinco mil réis despesas maiores dois contos espero dinheiro Arthur”. Esta mensagem, sem pontuações nem conectivas, chegou pelo telegrama ao chefe da polícia do Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1913, desde a cidade de Buenos Aires. No dia seguinte, outro cabo recebeu apenas quatro palavras: “espero hotel Galileo Arthur”. Estes telegramas passariam por dois fragmentos incompreensíveis do arquivo policial, não fosse porque encontram-se reunidos em uma mesma pasta com o título “apreensão de moeda falsa”, incluindo uma carta muito mais rica em detalhes.²

Dessa maneira é possível saber que Arthur Rodrigues da Silva – remitente destes cabos – era o Inspetor do Corpo de Investigações e Segurança Pública. Havia chegado a esse posto, que o deixava à cabeça de uma estratégica repartição, após mais de dez anos em distintos cargos na polícia carioca. Depois de um passo pela Polícia Marítima, quando em finais de 1910 o militar Hermes da Fonseca assumira a presidência do Brasil e designara a Belisário Távora na chefatura de polícia, Arthur Rodrigues ficou no comando da Guarda Civil e posteriormente, em 1912, do Corpo de Investigações criado cinco anos antes (SAMET, 2008). Pouco depois de virar seu Inspetor Geral, aceitou ser entrevistado por um jornalista da Gazeta de Notícias. Mostrava-se crítico do serviço oferecido por esta dependência que contava com 80 agentes, a seus olhos mal remunerados

2 Corpo de Investigações e Segurança Pública, 2º Seção, “Apreensão de Moeda Falsa” (1913). Fundo GIFÍ-Secretaria de Polícia, Caixa 6C 390, Arquivo Nacional do Brasil [a seguir, AN-GIFÍ-6C390].

e pior preparados. Também reclamava porque os “secretas”, como se chamava a estes agentes, eram conhecidos demais no mundo do crime para garantir o sigilo de uma missão. Apesar disso, prometia “limpar a cidade” de todo tipo de malfeitores após ter conseguido, nos primeiros três meses de gestão, enviar para a cadeia em torno de 400 ladrões.³

Na carta que, um ano mais tarde, escreveria ao chefe de polícia, explicava que recém voltara de uma viagem a Buenos Aires, seguindo os rastros de uma fábrica de moeda falsa brasileira no território argentino. Em 18 de abril de 1913, o Inspetor mandou a Buenos Aires um agente secreto (“cujo nome Vossa Excelência sabe”, dizia), quem embarcou desde o porto de Santos. O agente cumpriu com o combinado e, em começos de maio, telegrafou avisando que o contato com o falsificador havia sido um sucesso. Arthur Rodrigues preparava sua viagem e escolheu como acompanhante o coronel Pedro da Câmara Campos, que antes havia sido seu sucessor como Inspetor Geral da Guarda Civil. Assim, como agentes secretos, apanharam um trem com destino a São Paulo para, em seguida, partirem de Santos e evitar que um embarque no Rio de Janeiro despertasse suspeitas e especulações da imprensa. Utilizando nomes falsos, acomodaram-se na primeira classe do vapor alemão *König Wilhelm II* e chegaram na capital argentina na noite do 14 de maio, hospedando-se no Hotel Galileo, enquanto o agente secreto ocupava outro quarto no Hotel Apolo.⁴

Poucos dias depois, Arthur Rodrigues foi ao encontro do fabricante de dinheiro falso, graças a uma reunião marcada pelo agente secreto. O suposto falsificador era Samuel Torner, anarquista catalão que em 1906 havia fundado a Escola Moderna de Valência, vinculada aos princípios da pedagogia libertária de Francisco Ferrer. Depois da Semana Trágica de Barcelona e da condenação a morte de Ferrer em 1909, estes experimentos pedagógicos foram fechados pelo governo espanhol, com alguns de seus diretores e professores detidos pela polícia. Após conseguir um indulto real, Torner acabou migrando para a Argentina, junto com a sua esposa, em setembro de 1909, onde desempenhou um papel ativo na fundação de escolas e na publicação de periódicos sobre pedagogia libertária.⁵ Os detetives brasileiros pareciam desconhecer por completo esta trajetória anarquista de Torner: pelo menos, nenhuma referência a isso aparecia na carta de Arthur Rodrigues à chefatura policial.

3 “A organização do Corpo de Segurança”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27/5/1912, p. 1.

4 Telegramas ao chefe de polícia Belisario Távora, 22 e 23 de maio de 1913, AN-GIFI-6C390.

5 “Las Escuelas clausuradas”, *La Época*, Madrid, 10/10/1909, p. 2 e “El fusilamiento de Ferrer”, *Caras y Caretas*, n. 577, Buenos Aires, 23/10/1909, p. 57-60. Sobre a trajetória de Samuel Torner: Dalmau i Ribalta, 2011.

Segundo a sua versão, Torner tinha um estabelecimento tipográfico na rua Victoria e ali o esperava o catalão para iniciar o negócio das notas falsas. A primeira transação, contudo, teve lugar em um automóvel. Durante o percurso, pelos bairros de Palermo e Belgrano, combinaram que Torner lhe venderia, em notas falsas de cinco mil réis, a soma total de 350 contos de réis, o que equivalia a aproximadamente dois mil salários mensais do agente secreto que os havia colocado em contato. Devia pagar por essa soma 70 contos de réis, ou seja, uma quinta parte do valor nominal em cédulas legítimas, proporção média no mercado do dinheiro falso (JOHNSON, 1995, p. 59; ALVARADO, 2011, p. 105). Esse pagamento devia ser feito em parcelas, com um primeiro sinal de quatro milhões, outros 30 milhões no momento de mostrar as evidências da falsificação e, por fim, os 36 milhões restantes quando se concretasse a entrega do dinheiro.

Depois de pagar o primeiro sinal de quatro milhões, Arthur Rodrigues marcou o encontro para ver as provas em dia 21 de maio, às oito da noite. Segundo seu relato na carta, combinou com Câmara Campos os passos a seguir para lograr a prisão em flagrante delito e pediu ao embaixador do Brasil em Buenos Aires (única autoridade que tinha conhecimento da missão) que conseguisse dois agentes subalternos da polícia portenha. Ao receber os brasileiros na hora pactada, Torner os conduziu até os fundos da propriedade, atravessando uma porta de metal e deixando-os trancados na sala de máquinas. O anarquista iniciou a impressão das notas falsas de cinco mil réis de um lado do papel e explicou que, para prosseguir com a estampa do outro lado, era necessário esperar que a tinta secasse. Mostrou o parecido com as notas legítimas e exigiu o pagamento dos 30 milhões. Arthur Rodrigues desculpou-se por não ter com ele o dinheiro, argumentando que temia que fosse a emboscada de um roubo, mas prometeu ir a buscar a soma até o hotel para cumprir com o compromisso.

Naquele momento Torner interrompeu o Inspetor, começou a queimar as cédulas impressas e a quebrar a pedra litográfica. O detetive arrojou-se sobre o falsificador para evitar que eliminara as provas, enquanto o agente secreto tentava forçar a porta e correr para pedir ajuda. Na rua esperavam Câmara Campos e os policiais portenhos, que ao serem avisados ingressaram ao local e arrestaram Torner. Por volta da meia-noite, autoridades da polícia argentina chegaram com o juiz para realizar o auto de prisão em flagrante. O falsário anarquista foi parar no calabouço. Na manhã seguinte, o Inspetor escreveria ao chefe da polícia aqueles telegramas que anunciavam o triunfo da missão e pediam dinheiro para cobrir “gastos maiores” dos previsto. Pouco antes de regressar ao Brasil, os detetives testemunharam diante do juiz federal que ficou a cargo do caso. Nesse momento, a imprensa brasileira já anunciava com veemência

o “brilhante sucesso” da polícia carioca em longas e elogiosas reportagens, fartamente ilustradas com os rostos dos detetives.

Retratos dos detetives Arthur Rodrigues, Pedro Câmara Campos e João Martins.



Fonte: “Moeda falsa. A polícia carioca na Argentina”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2/6/1913.

Através dessas crônicas jornalísticas é possível reconstruir detalhes da missão que Arthur Rodrigues omitia na sua carta à chefatura e – inclusive – lê-la a contrapelo. Por um lado, essas reportagens fornecem elementos para compreender a pista inicial que conduziu à decisão de embarcar o agente secreto e, mais tarde, os detetives policiais rumo a Buenos Aires. Na imprensa brasileira circularam duas versões diferentes, embora compatíveis: ambas apontavam à Argentina. A primeira delas foi sugerida pelo *Jornal do Brasil* em uma reportagem prematura, publicada apenas dois dias após a busca na propriedade de Torner. Ao longo de 1912 e em meados de 1913, o chefe da polícia portenha, Luis Dellepiane, levou adiante uma campanha de deportação de ladrões, proxenetas, anarquistas e outros “indesejáveis”, valendo-se da lei de expulsão de estrangeiros. Os navios que conduziam esses deportados tinham escalas em Montevideu, Santos e Rio de Janeiro, o que provocou temor das autoridades policiais dessas cidades sobre possíveis desembarques. Nesses meses, os portos do litoral atlântico sul-americano estavam agitados pela constante vigilância das polícias marítimas, cujos agentes realizavam inspeções a bordo e controles de documentação (GALEANO, 2018, p. 165-173). Na versão do jornal carioca, no meio da maré de expulsos chegou de Buenos Aires um sujeito de “estreitas relações com os maiores fabricantes de moeda falsa brasileira naquela República [Argentina]”, que terminou usando a delação como recurso para negociar sua estadia no Brasil.⁶

6 “A polícia carioca na Argentina”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/5/1913, p. 7.

A segunda versão enfatizava o papel do embaixador na Argentina, Luiz Martins de Souza Dantas. O diplomata brasileiro, mencionado como colaborador da investigação na carta de Arthur Rodrigues, era quem teria recebido a denúncia inicial sobre a existência de fábricas de notas falsas e comunicado o ministro de Relações Exteriores, quem encaminhou a informação ao chefe da polícia.⁷ De fato, no Arquivo Histórico do Itamaraty há evidências da ativa participação de Souza Dantas nas missões dos detetives cariocas. Além de telegramas sobre o cotidiano da investigação, o embaixador escreveu um ofício ao ministro informando que o jornal *La Argentina* havia publicado uma série de notas críticas do acionar da polícia carioca no Rio da Prata, “procurando armar escândalo” ao redor desta diligência que – aclarava – tinha sido realizada “de pleno acordo com as autoridades locais”.⁸

As notas do jornal argentino, anexadas no ofício, permitem compreender o significado das explicações do diplomata. Levantavam uma iracunda denúncia contra o acionar dos detetives e a conivência da imprensa brasileira, cujas reportagens chamaram a atenção quando os pacotes com periódicos estrangeiros chegaram ao porto de Buenos Aires. O jornalista de *La Argentina* era sincero ao afirmar que seus leitores “não estavam inteirados” do “conto da falsificação” que a imprensa do Brasil narrava com tamanho entusiasmo. Qualquer revisão dos principais jornais de Buenos Aires comprova o absoluto silêncio diante deste caso que, segundo a visão de *La Argentina*, não passava de uma grande farsa. Com informações obtidas nos tribunais de justiça, o repórter desconstruía cada ponto da versão oficial divulgada no Brasil: Torner tinha sido enganado por Arthur Rodrigues, quem compareceu no estabelecimento tipográfico do catalão, simulando ser um fazendeiro que pedia a impressão de um milhão de exemplares de um cartaz para distribuir nas celebrações pelo aniversário da Revolução de Maio. Depois de terem acordado a valor da impressão, o detetive teria aparecido no ateliê com um clichê de metal para imprimir notas de cinco mil réis. Torner advertiu sobre a ilegalidade do pedido, mas os detetives o convenceram de imprimir uma prova, sob pretexto de ser um primeiro ensaio do cartaz. Logo que a primeira página saiu da máquina, segundo esta versão, suscitou-se o episódio da detenção.⁹

7 “Fábrica de papel moeda brasileira em Buenos Aires”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 4/6/1913, p. 5. A reportagem do jornal *A Notícia*, por sua parte, oferecia aos leitores ambas versões integradas em um único relato, destacando que tanto o delator quanto o diplomata haviam feito chegar ao chefe da polícia a mesma informação: “Moeda falsa. Uma fábrica em Buenos Aires”, *A Notícia*, Rio de Janeiro, 2/6/1913, p. 3.

8 “Falsificação do papel moeda brasileiro”, ofício n. 54, 22/6/1913, Legação dos Estados Unidos do Brasil em Buenos Aires, caixa 206-3-2, Arquivo Histórico do Itamaraty [a seguir, AHI-206-3-2].

9 “La policía del Brasil y el cuento de la falsificación descubierta”, *La Argentina*, Buenos Aires, 20/6/1913, AHI-206-3-2.

Esta crítica atingia também a polícia argentina que, ao aceitar a detenção de Torner e abrir um inquérito, acabou convalidando um procedimento ilegal. Diante da ausência de provas, o juiz tinha se ocupado em colocar as coisas no seu devido lugar, libertando o acusado, “industrial honesto cujo nome merece os maiores respeito”. O fracasso judicial contrastava com a “fantasia fluminense” montada pelos periódicos que haviam chegado até a sala de redação do jornal argentino: *Gazeta de Notícias*, *Época* e *Jornal do Brasil*. Pouco depois somou-se ao diálogo o vespertino *A Noite*, que na sua página de “última hora” assumiu a empreitada de contestar as “perversas insinuações” do jornalista portenho. Após conhecer a denúncia publicada no país vizinho, o repórter procurou falar com os detetives cariocas e ambos reafirmaram – em sintonia com o diplomata Souza Dantas – que todas as diligências tinham sido realizadas de comum acordo com a polícia de Buenos Aires.¹⁰ Na sua seção de notícias telegráficas, o importante jornal portenho *La Prensa* levantou a notícia da resposta publicada no Brasil e o periódico *La Argentina* se viu obrigado a ratificar sua denúncia sobre o que considerava um fato grave pela ilegalidade da “violação do domicílio”.¹¹

Mais do que a verossimilhança destas versões em disputa, é importante deter-se no questionamento sobre a legalidade da entrada policial na propriedade de Torner. Na investigação do crime de moeda falsa, a detenção do suspeito em flagrante delito, na própria fábrica de dinheiro, com apreensão de maquinarias e de cédulas em diferentes estágios da falsificação, era fundamental para construir um inquérito sólido, com alguma chance de concluir em uma condenação nos tribunais. Nesse sentido, para os detetives cariocas, a missão na Argentina envolvia dois desafios simultâneos: negociar a legitimação do procedimento com as autoridades locais e manter os detalhes da diligência longe da imprensa brasileira.

O primeiro ponto era delicado, pois uma detenção sem mandado judicial e conduzida por agentes policiais estrangeiros seria considerada violação de domicílio, como sugeria o jornalista de *La Argentina*. Um delegado da polícia portenha afirmava que a garantia constitucional de inviolabilidade do domicílio era um dos “mais graves obstáculos para o sucesso de qualquer investigação policial iniciada com a descoberta destes crimes” de falsificação de moeda (BALLVÉ, 1901, p. 43). Velha contenda entre a polícia e a justiça, a legalidade da entrada na propriedade

10 “Sobre as diligências da nossa polícia em Buenos Aires”, *A Noite*, Rio de Janeiro, 20/6/1913, p. 3.

11 “Brasil. Pesquisa policial en la Argentina”, *La Prensa*, Buenos Aires, 21/6/1913, p. 10; “La pesquisa de los detectives brasileños”, *La Argentina*, Buenos Aires, 21/6/1913 e “La acción de los pesquisas brasileños en la pretendida falsificación”, *La Argentina*, Buenos Aires, 22/6/1913, AHI-206-3-2.

privada para detenção em flagrante era uma questão espinhosa. Mesmo se a Comissaria de Investigações de Buenos Aires resolvesse aceitar o acionar dos detetives cariocas e abrir um inquérito, as possibilidades de ser aceito pelo juiz seriam ínfimas. Essa negociação, auxiliada pelo embaixador Souza Dantas, devia ser feita com o maior sigilo, sem filtrar informações na imprensa.

As reportagens dos jornais brasileiros iluminavam detalhes da tensão entre detetives e jornalistas pelo problema do segredo da investigação. O *Jornal do Brasil*, especialmente incisivo na caça de primícias sobre moedeiros falsos, confessava que a súbita desapareição de Rodrigues e Câmara Campos do palácio policial tinha chamado a atenção dos seus repórteres, levando em consideração os altos cargos que ocupavam no corpo de investigações e na guarda civil. Ante o pedido de explicações, a chefia respondeu que Câmara Campos havia pedido licença médica e Rodrigues, cansado da vida policial, tinha viajado a São Paulo para vender umas terras de sua propriedade com a intenção de mudar-se à Europa. Mais tarde, quando um repórter de outro jornal esbarrou por acaso com os detetives no meio das celebrações pelo aniversário da Revolução de Maio, eles disseram que estavam de passeio na Argentina.¹² Em ambos casos o ocultamento de informação buscava a mesma coisa: evitar que os detalhes da investigação chegassem nas páginas do jornal enquanto o caso não fosse resolvido. Nem sempre conseguiam.

Nesses dias, as reportagens revelavam a identidade do agente secreto que auxiliou os detetives e cujo nome Arthur Rodrigues havia preferido não mencionar na sua carta ao chefe da polícia. Tratava-se do “velho agente João Martins, especializado em diligências de notas falsas”, mencionava o *Jornal do Brasil*. Em simultâneo e depois de parabenizar os inspetores, *O Paiz* acrescentava: “não seria justo que ocultemos o nome do velho agente João Martins, que os acompanha há tempos em serviços desta natureza.”¹³ A alusão recursiva ao “velho agente” adquire sentidos específicos quando se observa além do caso Torner: não era a primeira vez que João Martins se ocupava de investigar falsificações de dinheiro, nem sequer a sua primeira viagem ao Rio da Prata por este motivo. Desde os inícios da chefia de Belisário Távora, este agente havia acompanhado a Câmara Campos em outras missões realizadas em São Paulo, Montevideu e Buenos Aires. A mais ressonante teve lugar no Uruguai em 1911 com a detenção do litógrafo Julio Somaschini, fio de

12 “A polícia carioca na Argentina”, *Jornal do Brasil*, op. cit. e “Moeda falsa. Uma fábrica em Buenos Aires”, *A Notícia*, op. cit.

13 “A polícia carioca na Argentina”, *Jornal do Brasil*, op. cit. e “Fábrica de papel moeda brasileira em Buenos Aires”, *O Paiz*, op. cit.

uma emaranhada rede entre fabricantes, intermediários e circuladores de notas falsas, com conexões em várias cidades do espaço atlântico sul-americano (Galeano, 2017, p. 215-220).

A trama do caso que terminou com a prisão de Somaschini em Montevideu tinha uma grande similaridade com as características da viagem a Buenos Aires, dois anos mais tarde, para deter a Torner. Os detetives embarcaram rumo ao Rio da Prata, via Santos, utilizando nomes falsos. A polícia carioca espalhou o rumor de uma exoneração destes agentes. Em Montevideu contaram com a colaboração do embaixador brasileiro, Henrique Lisboa, e da polícia de investigações de Montevideu, chefiada por Arturo Brizuela. Os contatos com o falsificador foram feitos em forma direta e sigilosa, convocando as autoridades do Uruguai somente para o auto de prisão em flagrante. Ainda que, mais uma vez, o sucesso da investigação fosse anunciado pela imprensa brasileira como um triunfo da polícia no estrangeiro, o certo é que Somaschini foi rapidamente posto em liberdade pelo juiz uruguaio, da mesma maneira e pelos mesmos motivos que Torner, dois anos mais tarde, seria solto por ordem do magistrado argentino.

Uma carta reservada que o embaixador Henrique Lisboa enviou ao ministro de Relações Exteriores do Brasil deixava claro o motivo da decisão do juiz. Em uma comunicação com Arturo Brizuela, o diplomata soube que “Somaschini tinha alegado perante o juiz incorreções legais no ato de sua prisão e que assim tinha obtido sua liberdade”. Essas “incorreções legais” citadas eram, justamente, a busca na propriedade de Somaschini sem mandado judicial, realizada em conjunto por policiais brasileiros e uruguaio, que convocaram o juiz meia hora depois, quando a prisão em flagrante já era fato consumado.¹⁴ Enquanto em Montevideu o juiz deixava Somaschini em liberdade, no Rio de Janeiro a imprensa celebrava o sucesso dos “*Sherlocks* cariocas”, como foram batizados na ocasião Câmara Campos e João Martins.¹⁵ As primeiras notícias apareceram quando os detetives ainda estavam em Montevideu e continuaram com seu retorno ao Brasil, que rendeu numerosas fotorreportagens.

“Essa derrama extraordinária de dinheiro falso” – escrevia um jornalista do Correio da Manhã ao introduzir uma longa entrevista com Câmara Campos – provinha de redes delitivas que operavam desde as cidades do rio da Prata.¹⁶ A hipótese da origem rio-platense do dinheiro falso que circulava no Brasil consolidou-se como leitura preponderante em começos

14 Ofício n. 20, 2/5/1911, Legação dos Estados Unidos do Brasil em Montevideu, caixa 223-2-2, AHI.

15 “*Sherlocks* cariocas. Um sucesso em Montevideu”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/4/1911, p. 7.

16 “A nossa polícia descobre uma grande fábrica de notas e estampilhas falsas em Montevideu”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20/4/1911, p. 3.

da década de 1910. Atravessou as crônicas da imprensa e plasmou-se no folheto *A falsificação dos nossos valores circulantes*, publicado em 1912 pelo então diretor do gabinete de identificação da polícia carioca, Elysio de Carvalho. “A derrama de dinheiro falso brasileiro é colossal”, escrevia Carvalho empregando a mesma metáfora que o jornalista: “quase todo ele provem do estrangeiro, principalmente de Buenos Aires e de Montevidéu, onde existem verdadeiras fábricas de moeda falsa” (CARVALHO, 1912, p.7). A pergunta que seguia a esta verificação apontava aos motivos do fenômeno: por que os falsificadores do Rio da Prata produziam notas brasileiras? O retorno ao caso de Samuel Torner e, em particular, a seu desenlace, oferece algumas pistas para possíveis respostas.

A prisão de Torner significou o final do trabalho dos detetives cariocas e o início da ação das autoridades argentinas. O caso caiu na órbita da seção de “leis especiais” da polícia de investigações portenha. O nome dessa seção devia-se a dois projetos de lei, sancionados nos primeiros anos do século XX, que haviam ampliado as prerrogativas policiais em casos de falsificação de dinheiro (1900) e de jogos clandestinos (1902). A Comissaria de Investigações criada no último quarteirão do século XIX tinha se transformado nesses anos em uma complexa estrutura dividida em seções, cada uma das quais possuía seu próprio arquivo e sua equipe de detetives, espalhada pela cidade sem uniforme, portanto apenas um cartão com retrato (LAGUARDA, 1914).

As grandes falsificações de dinheiro, narradas como obras de mestres na arte da fotografia e das técnicas de reprodução fotomecânica, tinham tal visibilidade na imprensa que as tornava um tentador espaço de construção de celebridade para os agentes de investigações. Esta repartição policial de salários mais robustos, frequentes viagens no exterior e, às vezes, recompensas pagas pelos bancos emissores, tinha se convertido em um lugar de extensas carreiras detetivescas. Os sucessivos chefes da Comissaria de Investigações (Belisario Otamendi, José Gregorio Rossi, Francisco Laguarda) foram protagonistas na descoberta de fábricas de moeda falsa antes de chegar ao topo da hierarquia. Quando Rossi, ao mando desta Comissaria, recebeu o complicado caso Torner, delegou as diligências para o então chefe da seção de leis especiais, Eduardo Santiago. De acordo com a versão dos jornais brasileiros, o encontro dos *Sherlocks* cariocas com esta autoridade não foi nada cordial: “julga o senhor que a polícia argentina esteja de mãos dadas com moedeiros falsos?” – teria perguntado a Santiago a um dos detetives, segundo o *Jornal do Brasil*.¹⁷ A ausência de resposta e o silêncio do interlocutor eram lidos pelo repórter como a confirmação da

¹⁷ “A polícia carioca na Argentina”, *Jornal do Brasil*, op. cit.

tão espalhada suspeita: os falsificadores optavam pelo dinheiro estrangeiro porque, desse modo, a polícia local os deixava em paz.

Outros periódicos menos afins à chefia de Belisário Távora e mais críticos do acionar da sua polícia de investigações narravam este episódio com as mesmas palavras, mas chegavam a conclusões diferentes. *A Notícia* explicava que o comissário Santiago estava ofendido por não ter sido avisado sobre a investigação até o dia da entrada na propriedade e que, por causa disso, comprimiu com a sua tarefa de auxiliar à justiça sem grande entusiasmo.¹⁸ Este jornal buscava relativizar o “sucesso” que os detetives cariocas celebravam no retorno ao Rio de Janeiro, em dia 2 de junho. O clima vitorioso da multidão de jornalistas e policiais reunidos no cais do porto para recebê-los contrastava com o indefectível fracasso judicial em Buenos Aires. Samuel Torner declarou perante o juiz federal, afirmando que era anarquista, mas não falsificador de dinheiro, e que as notas impressas de um lado só eram ensaios de um cartaz para as celebrações do 25 de maio, conforme noticiou o jornal *La Argentina*.

Igual que Somaschini dois anos antes, a legalidade do procedimento policial e da prisão em flagrante foi questionada. As provas contra Torner eram tão fracas como forte era o mal-estar da polícia portenha quanto à forma em que foram obtidas. Isso explica, talvez, o silêncio dos jornais argentinos diante de um caso que tinha todos os elementos de um escândalo atraente para as crônicas policiais. Os agentes de investigações, informantes da imprensa local, não estavam interessados em que se espalhasse a notícia de uma missão da qual podiam tirar escasso rendimento público. Em particular, pouco favorecia esta diligência brasileira ao comissário Santiago, no meio de uma vertiginosa carreira que, poucos meses mais tarde, o deixaria frente a seu próprio desafio transnacional.

Um detetive argentino atravessa os Andes

Em outubro deste mesmo ano, a polícia de Buenos Aires iniciou uma nova investigação para compreender a origem de uma falsificação de notas. “Até agora as diligências efetuadas não deram resultados favoráveis”, escrevia um cronista visivelmente irritado porque os detetives policiais levavam o caso em sigilo e pouco comentavam com a imprensa. Por enquanto, sabia-se que as cédulas falsas apreendidas eram de cinquenta pesos e de boa confecção, embora o papel fosse bastante mais grosso em comparação com os legítimos. Essas “diligências” incluíram visitas a distintas casas de câmbio, mas a carência de pistas sobre os fabricantes e circuladores

18 “Moeda falsa. Uma fábrica em Buenos Aires”, *A Notícia*, op. cit.

levou a suspeitar que as notas tinham sido fabricadas na Europa.¹⁹

A uma semana das primeiras notícias, outra versão começou circular na polícia e filtrou-se na imprensa. Quem espalhou a nova informação entre os leitores não foram os reservados agentes da Comissaria de Investigações, que mantinham rigoroso silêncio, mas os correspondentes no Chile. Seus cabos telegráficos chamavam à atenção sobre o rastro de uma conexão transandina, que já tinha acendido as redes de colaboração entre as polícias de ambos países. Assim, soube-se que o comissário Eduardo Santiago havia partido rumo ao Chile no trem transandino, acompanhado de dois inspetores da seção de leis especiais.²⁰

Logo que chegou ao Chile, o comissário entrevistou-se com o chefe de investigações da capital, Eugenio Castro. Criada em 1896, a Polícia Fiscal de Chile estava dividida em duas seções: uma de ordem pública, que se ocupava da vigilância urbana, e outra – chamada Seção de Segurança – que conduzia a investigação e auxiliava a justiça criminal. Integrante de uma família de vasta linhagem policial, Castro havia participado como detetive da descoberta de um ressonante caso de falsificação de dinheiro em 1898. Esse sucesso, dentre outros, lhe abriu caminho até a chefia da Seção de Segurança, que assumiu em 1900 e da qual se retiraria, envolvido em um grande escândalo de corrupção, em 1917. No encontro com o comissário argentino, Castro lhe ofereceu instalar-se na sua repartição com todas as comodidades. Desde esse lugar e durante vários dias, o comissário Santiago usava gratuitamente o telégrafo para comunicar-se com a chefia em Buenos Aires e dava ordens a seus subordinados, que além dos dois inspetores portenhos agora incluíam alguns agentes chilenos postos a sua disposição. “A investigação é feita em sigilo, o comissário argentino guarda absoluto incógnito”, contava um correspondente no Chile, enquanto elucubrava hipóteses sobre uma eventual fábrica europeia e múltiplas rotas sul-americanas.²¹ Afinal, um ponto continuava sendo obscuro para a imprensa: por que a polícia de investigações de Buenos Aires havia encarregado ao comissário Santiago essa missão do outro lado dos Andes?

Essa pista chilena, conhecida em seus detalhes apenas por um pequeno grupo de detetives policiais, passou a ser explicada aos leitores que acompanhavam o caso. E isso somente aconteceu após a prisão dos supostos falsificadores no que parecia ser a fábrica de pesos argentinos falsos. Depois de avisar o chefe da polícia chilena, o comissário Santiago mostrava

19 “Policía. Falsificación de moneda”, *La Nación*, Buenos Aires, 18/10/1913, p. 16;
“Policía. Continuación de la pesquisa”, *La Nación*, Buenos Aires, 20/10/1913, p. 16
e “Policía. Continuación de la pesquisa”, *La Nación*, Buenos Aires, 20/10/1913, p. 16.

20 “Los billetes falsos de 50 pesos. Pesquisas en Chile”, *La Prensa*, Buenos Aires, 25/10/1913, p. 12.

21 “Policía. Los billetes falsos de 50\$”, *La Nación*, Buenos Aires, 2/11/1913, p. 13.

menos preocupação pelo fluxo das informações que chegavam até os jornalistas. Então o público leitor soube dos passos que o levaram a atravessar a Cordilheira dos Andes. A primeira nota falsa de 50 pesos apareceu em Buenos Aires, nas mãos de um engenheiro agrônomo chileno que a usou para pagar um pequeno consumo em um mercado. Interrogado pela polícia, declarou que havia obtido esse dinheiro em Santiago, na casa de câmbio de um tal Manuel Rodrigues, situada sobre a rua Los Huérfanos, frente ao Banco de Chile. As suspeitas acentuaram-se quando vários artistas da companhia lírica do Teatro Coliseu de Buenos Aires, que haviam atuado no Teatro Municipal de Santiago, retornaram à Argentina com notas falsas adquiridas na mesma casa de câmbio. Na polícia portenha, os artistas declararam que Rodrigues vendia os pesos argentinos por alguns centavos menos que as outras agências. Essas evidências levaram os investigadores argentinos a contatarem a polícia chilena, que entrou no negócio de Manuel Rodrigues e o deixou preso por “circulador consciente”.²²

A investigação foi focando-se no rastro de um grupo de seis argentinos descendentes de italianos que haviam chegado ao Chile um ano antes. Os irmãos José e Vicente Carnevali tinham-se estabelecido em um casarão na rua San Pablo, na localidade de Paine, a cinquenta quilômetros do centro de Santiago. Ali moravam e lá abriram um armazém de frutas, que a polícia suspeitava ser uma fachada para esconder a fábrica de notas falsas. Era, ainda, um ponto de encontro dos demais cúmplices, acusados de integrar a rede delitiva: César Capomasi, Pio Nardi, Antonio Venturi e Miguel Gervasio. Todos foram capturados, simultaneamente, na noite de três de novembro de 1913, quando estavam reunidos em um boteco. Na mesma madrugada a polícia entrou na casa da rua San Pablo e em outras propriedades habitadas pelos cúmplices, porém, não encontrou nenhuma prova.²³ Diferentemente do acionar dos detetives cariocas em Buenos Aires alguns meses antes, desta vez a busca na casa dos suspeitos foi feita com mandado judicial e com a presença física do próprio juiz do segundo tribunal do crime de Santiago, Franklin de la Barra. Concluídas todas as diligências, o semanário chileno *Sucesos* fez uma entrevista com o comissário Santiago, quem destacava a constante presença do juiz nos procedimentos, fato que era reforçado pelas fotografias que ilustravam a crônica.

22 Nos autos do processo da justiça criminal chilena constam as cartas e telegramas que a Comissaria de Investigações de Buenos Aires enviou à polícia de Santiago, pedindo a busca na casa de câmbio de Manuel Rodrigues e anexando os depoimentos em Buenos Aires dos artistas da companhia lírica do teatro Coliseu: 2º Juizado do Crime de Santiago contra José Carnevali e outros (1913), Fondo Judicial Criminal, Caixa 939, exp. 11, Arquivo Nacional Histórico de Chile [a seguir, ANH, Fondo Judicial Criminal, 939-11].

23 “Noticias de Policía. Los billetes falsos”, *La Prensa*, Buenos Aires, 16/11/1913, p. 12.

Busca policial na casa da rua San Pablo



Fonte: “Falsificación de billetes”, *Sucesos: semanario de actualidades*, n. 584, Santiago de Chile, 13/11/1913

Apesar do fracasso inicial, os seis ítalo-argentinos permaneceram em prisão. Por ordens do comissário Santiago, logo que a luz do dia permitiu, iniciaram-se escavações no jardim da casa dos Carnevali. A experiência em outros casos de falsificação de dinheiro levantava a suspeita da quadrilha ter buscado esconder os instrumentos e restos da fabricação ao conhecer as notícias que a imprensa vinha publicando desde outubro. No subsolo foi encontrado um selo numerador de notas, envases de tinta, duas pranchas de cobre borradas e outros objetos que complicavam a situação dos irmãos Carnevali. No entanto, o elemento mais incriminador eram seus antecedentes criminais em Buenos Aires. Quando o chefe de investigações, José G. Rossi, recebeu um extenso telegrama do comissário Santiago com detalhes dos resultados das diligências, constatou nos arquivos que os Carnevali eram “velhos conhecidos da polícia”. A ficha de Vicente mostrava diversas entradas nos calabouços por brigas e homicídio, enquanto seu irmão José tinha antecedentes mais próximos do ofício: em 1899 participou de uma falsificação de pesos argentinos no Brasil e em 1902 foi detido novamente por circular notas falsas.²⁴

Depois de passar esses dados por telégrafo a seu subordinado, Rossi pediu que iniciasse uma nova escavação, com a esperança de descobrir o

²⁴ Telegrama de José G. Rossi à polícia chilena, 5/11/1913, ANH, Fundo Judicial Criminal, 939-11 e “Noticias de Policía. Los billetes falsos de 50 y 100 pesos”, *La Prensa*, Buenos Aires, 6/11/1913, p. 16.

estoque de notas falsas soterrado. Ainda que tal estoque não aparecesse, por baixo do piso do sótão foram encontrados os restos de uma máquina de impressão tipo “Minerva”, além de uma mala de fundo duplo “cuidadosamente dissimulado”, forrado em latão e coberto de papel.²⁵

A descoberta da “fábrica soterrada” na casa da rua San Pablo não deu por concluída a investigação. Ainda faltava reconstruir as rotas seguidas pela rede de distribuidores do dinheiro falso. Por esse motivo, o comissário Santiago viajou até a cidade portuária de Valparaíso para encontrar dois alemães detidos pela polícia local após serem pegos quando tentavam passar cédulas falsas de cem pesos argentinos. Diversas cidades iam somando-se à malha de cumplicidades: os alemães declararam que haviam trocado pesos chilenos por 10 mil pesos argentinos, em Antofagasta. Então, Rossi pediu ao comissário Santiago que estendesse sua missão no Chile até completar o mapa e deter todos os fabricantes, intermediários e circuladores.²⁶

A nova conjectura apontava a uma relação entre as notas falsas de cinquenta e cem pesos. O comissário argentino intuía que todas tinham sido impressas na mesma fábrica, produzidas pelos irmãos Carnevali e por Capomasi. Por sua parte, Pio Nardi, mais conhecido como Lungo, e Antonio Venturi, dito Rengo, operavam como intermediários e provedores dos insumos para a falsificação, comprados em uma casa de máquinas e tintas do centro da capital chilena. O desenhista Fleming Weiler, autor das pranchas de cobre, estava prófugo, igual ao distribuidor Juan Brussa, identificado como responsável por levar as notas falsas para a casa de câmbio. Segundo a hipótese inicial do comissário Santiago, esta quadrilha começou com uma primeira produção de notas de 100 pesos, enviada à Argentina em setembro de 1913. Neste mesmo mês havia aparecido, na estação ferroviária Retiro, uma misteriosa mala abandonada com um milhão de pesos em cédulas falsas. Isso levou o comissário a pensar que o circulador – inteirado durante sua viagem no trem, de que a polícia investigava o caso – resolveu abandonar a mala ao chegar na estação, por medo de cair preso. Este fracasso teria levado a mudar a estratégia da quadrilha e fabricar as notas de 50 pesos que mais tarde apareceriam em Buenos Aires.²⁷

Caso resolvido – pensou Eduardo Santiago – que se dispôs a regressar à Argentina. Quando anunciou sua partida, a polícia chilena buscou organizar uma homenagem, mas o detetive mostrou-se relutante. Escusando-se pela sua falta de tempo, limitou-se a uma breve despedida protocolar

25 Telegrama de José G. Rossi a Eduardo Santiago, 5/11/1913, ANH, Fundo Judicial Criminal, 939-11 e “La falsificación de moneda”, *La Nación*, Buenos Aires, 12/11/1913, p. 13.

26 “La falsificación de billetes de 50\$. Más detalles de la pesquisa”, *La Nación*, Buenos Aires, 7/11/1913, p. 15 e “La falsificación de billetes de 50 pesos. Más allanamientos y detenciones”, *La Nación*, Buenos Aires, 9/11/1913, p. 17.

27 ANH, Fundo Judicial Criminal, 939-11, f. 32-33.

na repartição policial e no consulado argentino. Pegou o trem transandino e chegou a Buenos Aires em 14 de novembro. Dias antes, os jornais *La Prensa* e *La Nación* haviam publicado retratos litografados dos irmãos Carnevali, provavelmente tirados dos prontuários da polícia de investigações. Isso se deduz do contraste com as fotografias que o semanário *Caras y Caretas* divulgaria depois da chegada a Buenos Aires do comissário Santiago, nas quais se observa os Carnevali muito mais envelhecidos.

Retratos dos irmãos Carnevali



Fonte: “Los billetes falsos de 50 pesos”, *La Nación*, 6/11/1913.

Reportagem policial do semanário *Caras y Caretas*



Fonte: “La falsificación de billetes de 50 y 100 pesos”, *Caras y Caretas*, 22/11/1913.

Junto a estas imagens dos falsários e seus cúmplices mostravam-se os objetos sequestrados na fábrica do Chile (o selo numerador, as pranchas de cobre, os fragmentos da máquina Minerva) e um retrato triunfal do

comissário Santiago, que havia levado com ele essas fotografias até Argentina. Após sua chegada a Buenos Aires, o jornal *La Nación* mencionava que, nas salas da Comissaria de Investigações, Santiago mostrou “muitas fotografias de todos os presos e dos objetos sequestrados”. O mesmo dia *La Prensa* elogiava a “exitosa missão” do detetive policial: “o interesse singular da investigação está – escrevia o cronista – não apenas no sucesso obtido, mas em ter sido realizada em terra estrangeira, onde ficou muito bem posicionado o nome da polícia argentina”.²⁸ Mais do que o prestígio internacional da polícia de Buenos Aires, o que estava em jogo era a carreira de Eduardo Santiago, que aspirava aos mais altos degraus hierárquicos da Comissaria de Investigações. Casos de ressonância pública e visibilidade regional como os das redes transfronteiriças de falsificação de dinheiro podiam ser um ponto de viragem.

O chefe de polícia, Eloy Udabe, seguia de perto seus passos, dialogava com seu imediato superior, o Ministro do Interior, e também com o Ministro de Relações Exteriores. A rede consular argentina avaliava a possibilidade de enviar ao Chile um pedido de extradição dos acusados, que se encontravam processados pelo juiz Franklin de la Barra. O magistrado ditou prisão preventiva e bloqueou as contas bancárias porque desconfiava – pelas datas de uma série de depósitos – que havia entrado o dinheiro da falsificação. Mas, em finais de novembro, a Corte de Apelação concedeu-lhes a liberdade provisória sob caução e – segundo consta nos autos do processo crime – alguns deles fugiram do país.²⁹ Antes dessa notícia, a chefia de polícia resolveu confiar ao comissário Santiago uma nova missão, pedindo que negociasse pessoalmente as extradições. O detetive pegou, mais uma vez, o trem transandino. Em 25 de novembro chegou na estação chilena de Los Andes e, desde ali, se dirigiu diretamente a Valparaíso.³⁰

A imprensa chilena contava que o detetive movia-se de um lugar a outro, de Valparaíso a Los Andes, de lá a Santiago e, dias mais tarde, a Antofagasta. Por que o comissário resolveu percorrer mais de mil quilômetros em direção ao norte? O destino final era, na verdade, o sul do Peru, onde suspeitava estavam refugiados alguns cúmplices.³¹ Foi assim que o movediço comissário Santiago viajou até Lima, entrevistou o chefe da polícia de investigações e terminou na véspera do Natal em uma inóspita paragem perto de San Antón, nas serras de Chilluma. A polícia fez uma

28 “Noticias de Policía. Los billetes falsos”, ob. cit. e “La falsificación de moneda. Diversos detalles”, *La Nación*, Buenos Aires, 16/11/1913, p. 15.

29 ANH, Fondo Judicial Criminal, 939-11, f. 269-283.

30 “La falsificación de billetes argentinos”, *La Prensa*, Buenos Aires, 30/11/1913, p. 11 e “La falsificación de billetes argentinos”, *El Mercurio*, Valparaíso, 1/12/1913, p. 13.

31 “La falsificación de billetes argentinos”, *El Mercurio*, Valparaíso, 11/12/1913, p. 4 e “La falsificación de billetes argentinos”, *El Mercurio*, Valparaíso, 14/1/1914, p. 1.

busca num casebre cercado de montanhas e descobriu que a milionária falsificação de notas de 100 pesos, aqueles abandonados na mala achada na Estação Retiro, provinham desta fábrica peruana.³² Nos primeiros dias de 1914, os jornais de Buenos Aires já anunciavam um novo triunfo de Eduardo Santiago, com seu retrato ilustrando as crônicas policiais. Os prófugos alemães que haviam participado da falsificação no Chile fugiram para o norte porque, segundo a investigação, tinham vínculos com outra rede de gravuristas e impressores radicados em Lima e dedicados ao negócio das notas falsas. Mais uma vez, as fotografias das máquinas sequestradas e os retratos dos detentos atravessaram a Cordilheira dos Andes para aparecer estampados nas páginas dos jornais argentinos.³³

A conexão entre a falsificação no Chile de pesos argentinos e a fábrica instalada no Peru revelava que as redes de produção e circulação de moeda falsa envolviam, na América do Sul, sujeitos muito movediços e com laços de cumplicidade em países diferentes. No relatório anual do Departamento de Polícia, enviado ao ministro do Interior, Eloy Udabe destacava a eficácia da lei contra a falsificação de dinheiro e do acionar das autoridades argentinas. O que restava aos criminosos – dizia – era montar fábricas no estrangeiro e enviar as notas falsas à Argentina, mas devido à colaboração das polícias de Chile e Peru haviam conseguido neutralizar as tentativas (ARGENTINA, 1914, p. 24-25). Nos anos seguintes, o comissário Santiago continuaria acumulando sucessos detetivescos no comando da seção de leis especiais e, em finais da década de 1910, da estratégica seção de segurança individual, dedicada à investigação de homicídios. Quando em 1921 concedeu entrevista para a revista *Caras y Caretas*, o jornalista Juan José de Soiza Reilly abundava em elogios para o já velho detetive e escrevia: “não chama à atenção que se leve em conta seu nome como uns dos melhores candidatos para ocupar a chefia de investigações quando [Francisco] Laguarda se jubile”.³⁴ De fato, meses depois cumpria-se este presságio.

CONCLUSÕES

Os “*Sherlock* cariocas” que entre 1911 e 1913 viajaram ao Rio de Janeiro tinham muito em comum com o detetive argentino Eduardo Santiago. Todos traziam uma longa trajetória nas polícias de investigações, tão longa quanto permitia a curta história destas agências, que remontava aos últimos anos do século XIX, em Buenos Aires e aos primeiros, do século

32 “La falsificación de billetes de 100 y 50 pesos”, *La Nación*, Buenos Aires, 17/12/1913, p. 10. Ver também: Policía de la Capital, 1914, p. 29-30.

33 “Falsificación en Lima de billetes argentinos”, *La Nación*, Buenos Aires, 5/1/1914, p. 14 e “Falsificación de billetes de \$100”, *La Nación*, Buenos Aires, 16/1/1914, p. 12.

34 Juan José de Soiza Reilly, “El comisario Santiago nos cuenta su primera pesquisa”, *Caras y Caretas*, n. 1180, Buenos Aires, 14/5/1921, p. 39.

XX, no Rio de Janeiro. Neste mesmo período foram criadas também seções parecidas nas polícias de Montevideu, Santiago de Chile e Lima, que receberem os detetives em trânsito. A descoberta de fábricas de falsificação de dinheiro era um troféu prezado por esses agentes na busca de escalar degraus em uma carreira detetivesca que rendia, ao mesmo tempo, tentadoras remunerações e notoriedade pública.

Nesse caminho, o prestígio dentro da instituição, traduzido em reconhecimento da chefia e pedidos de ascensão, parecia ser tão chave quanto a celebridade fora de seus muros. Por isso, entregavam-se a entrevistas e reportagens que expunham seus rostos, o que evidentemente jogava contra qualquer tentativa de preservar a identidade para eventuais missões secretas. Era o custo que deviam pagar para fazer carreira e que os obrigava a usar agentes subalternos encobertos, assim como acudir a delatores do mundo do crime, cujos nomes e rostos jamais eram difundidos nos jornais. A publicidade dos detetives era, por sua parte, a moeda de troca que os jornalistas tinham a mão para obter primícias, detalhes das diligências, antecedentes criminais, retratos dos acusados e fotografias dos objetos usados para falsificar. Mas a relação entre a polícia de investigações e a imprensa não era apenas de reciprocidade: estava – como fica claro nos casos aqui analisados – atravessada por tensões e por um sempre delicado equilíbrio em torno do problema de preservar o sigilo para garantir o sucesso do inquérito.

Nas missões no estrangeiro para desmontar fábricas de moeda falsa nacional, todos estes elementos adquiriam uma dimensão ainda mais complexa. Os detetives deviam negociar com as autoridades locais para legitimar o procedimento de busca e prisão em flagrante. Essa era a via para conseguir que os falsários terminassem na cadeia. Tanto os detetives cariocas, quanto os portenhos, regressaram de suas missões internacionais assegurando à imprensa que tinham garantido a tão prezada prisão em flagrante delito e que as evidências materiais do crime eram abundantes. No entanto, esse triunfalismo contrastava com o resultado final: Torner, os irmãos Carnevali e seus cúmplices foram libertados por insuficiência de provas. Ainda que o vínculo entre os policiais tenha sido muito diferente (tenso entre cariocas e portenhos, cordial entre argentinos e chilenos), o desfecho judicial foi o mesmo. Este resultado, contudo, não impediu que as missões fossem celebradas e os detetives premiados, porque quando a absolvição foi fato consumado, a imprensa policial já estava preocupada com outras coisas.

Nestes casos, a pressão da imprensa sobre os detetives constituía um empecilho fundamental, com indagações dos jornalistas de seu próprio país, intervenção de correspondentes e repórteres policiais do estrangeiro. O telégrafo era, ao mesmo tempo, um instrumento de comunicação

transnacional dos policiais e um meio de circulação de notícias que, pela sua velocidade, tinha o potencial de estragar uma investigação. É que os integrantes das quadrilhas de falsificação de dinheiro também liam os jornais e acompanhavam de perto as suas páginas policiais. Qualquer indício de vigilância de seus passos transformava-se em uma imediata destruição das provas, como fica claro no caso da fabricação de pesos argentinos no Chile. Em distintos trechos do processo crime, policiais e acusados manifestavam que haviam lido as reportagens publicadas na imprensa de Buenos Aires, Santiago e Valparaíso, às vezes para denunciar mentiras, outras vezes para reforçar a versão construída no depoimento.

Os detetives, jornalistas e falsificadores compartilhavam uma mesma geografia de conexões: viajavam nas ferrovias e navios pelos quais também circulavam as notas falsas e os periódicos. As redes de colaboração entre fabricantes intermediários e circuladores de dinheiro falso comunicavam-se pelos cabos telegráficos e pelo correio, assim como os policiais e os jornalistas. Nos autos dos processos na justiça criminal, nos arquivos policiais e diplomáticos aqui analisados convivem numerosos telegramas com cartas trocadas pelas autoridades de diferentes países. As páginas dos jornais e semanários ilustrados alternavam, ao redor de um mesmo caso, crônicas de repórteres que podiam observar o acionar policial *in situ* com breves notícias telegráficas e cartas de correspondentes no exterior. Desse modo, diferentes regimes de circulação de informações se sobrepunham em uma malha de disputas cotidianas que tinha como protagonistas, falsários, cúmplices, jornalistas, policiais, procuradores e juízes. Cada um jogava seu jogo: seus interesses convergiam e/ou divergiam o tempo todo.

Policiais como Arthur Rodrigues, Pedro da Câmara Campos e Eduardo Santiago sabiam muito bem que encarnavam uma figura de enorme atrativo cultural: o detetive. Nesses anos, as ficções de Maurice Leblanc e Arthur Conan Doyle estavam no auge do seu sucesso. Os jornalistas sul-americanos conheciam o interesse dos seus leitores pelas aventuras detetivescas, cujas traduções ocupavam com frequência o espaço do folhetim. Além de suscitar interesse, essas leituras forneciam um marco de compreensão para as crônicas sobre crimes “reais”, que eram narradas com todos os recursos estéticos da literatura policial. Ainda que este trabalho tenha deixado por fora da análise as trocas entre as ficções de detetives e o trabalho cotidiano dos detetives policiais, que outros historiadores da polícia estudaram (EMSLEY, SHPAYER-MAKOV, 2017; OLIVEIRA, 2018), o diálogo com a literatura se torna evidente desde o momento em que os detetives cariocas eram chamados de “*Sherlocks*”.

No entanto, longe do estereótipo do detetive privado que resolvia crimes por lógica dedutiva e que, em geral, desprezava os rústicos agentes policiais fardados, os perseguidores destas quadrilhas de falsificadores de

dinheiro deviam mexer o corpo. Subiam e desciam de automóveis, trens e barcos, atravessavam fronteiras, forcejavam com criminosos, fugiam de jornalistas, passavam noites em locais cujo nome nem conheciam antes da investigação. E, sobretudo, deviam encarar missões cujo sucesso não dependia do próprio convencimento sobre a verdade de um crime, mas da produção de provas suficientes e obtidas em procedimentos que os tribunais considerassem legais. Caso contrário, o triunfo policial podia virar facilmente um fracasso judicial e os supostos falsários – como Torner e os irmãos Carnevali – continuar suas vidas em liberdade.

REFERÊNCIAS

- AYALA CORDERO, Ignacio. *Criminales y cómplices: práctica criminal, redes sociales y reproducción de la marginalidad en Santiago, Valparaíso y Buenos Aires, 1890-1910*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Chile, Santiago de Chile, 2010.
- ARGENTINA, REPÚBLICA. *Memoria de la Policía de la Capital, 1913-1914*. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Policía, 1914.
- BALLVÉ, Antonio. *Falsificación de moneda. Procedimientos policiales y judiciales*. Buenos Aires: Monografías policiales, 1901.
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- CAPOROSSO, Olivier. “La falsificación de moneda en la América Hispana a mediados del siglo XVII”, *Anuario Americanista Europeo*, vol. 4-5, 2007, p. 65-82.
- CARVALHO, Elysio. *A falsificação dos nossos valores circulantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.
- DALMAU I RIBALTA, Antoni. “Samuel Torner, mestre racionalista i activista llibertari”, *Educació i Història: Revista d’Història de l’Educació*, n. 18, 2011, p. 205-226.
- EMSLEY, Clive; SHPAYER-MAKOV, Haia (eds.). *Police detectives in history, 1750-1940*. New York: Routledge, 2017.
- FLORES, Mariana F. da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.
- GALEANO, Diego. “Un artista del delito: circulación de dinero falso entre el Río de la Plata y el Brasil, 1899-1911”. In: CAIMARI, Lila; SOZZO, Máximo (eds.). *Historia de la cuestión criminal en América Latina*. Rosario: Prohistoria, 2017, p. 195-233.
- GALEANO, Diego. *Delincuentes viajeros: estafadores, punguistas y policías en el Atlántico sudamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.
- GUTIÉRREZ, Felipe Castro. “Los falsificadores de moneda en la Nueva España y la justicia del rey”, *Colonial Latin American Historical Review*, vol. 17, 2008, p. 301-328.

- GRENDI, Edoardo. “Falsa monetazione e strutture monetarie degli scambi nella Repubblica di Genova fra Cinque e Seicento”, *Quaderni storici* n. 66, 1987, p. 803-837.
- JOHNSON, David R. *Illegal Tender. Counterfeiting and the Secret Service in Nineteenth-Century America*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995.
- LAGUARDA, Francisco. *La Policía de Investigaciones: su misión, organización y funcionamiento*. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Policía, 1914.
- MCGOWEN, Randall. “The Bank of England and the policing of forgery, 1797-1821”, *Past & Present* n.1886, 2005, p. 81-116.
- OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. “Sherlock Holmes no Brasil: Elysio de Carvalho e o primeiro convenio policial brasileiro (1912)”, *Claves. Revista de Historia*, vol. 4, n. 7, 2018, p. 9-37.
- PALMA ALVARADO, Daniel. *Ladrones: historia social y cultural del robo en Chile, 1870-1920*. Santiago de Chile: LOM, 2011.
- PICCATO, Pablo. *City of Suspects: Crime in Mexico City, 1900-1931*. Durham: Duke University Press, 2001.
- PICO, Roger Pita. “Por traidor a nuestro Monarca: los falsificadores de monedas y la represión judicial en el Nuevo Reino de Granada”, *Historia y Justicia*, vol. 9, 2017, p. 128-156.
- POLICÍA DE LA CAPITAL. *La Policía de Investigaciones: su misión, organización y funcionamiento*. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Policía, 1914.
- SAMET, Henrique. *Construção de um padrão de controle e repressão na Polícia Civil do Distrito Federal por meio do Corpo de Investigações e Segurança Pública (1907-1920)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- SAINZ ORTEGA, Luis. “La falsificación de moneda francesa en Barcelona (1879-1882)”, *Anales de Historia Contemporánea* n. 10, 1994, p. 525-536.
- VALENCIANO, Jesús Cruz. “Aspectos de la delincuencia en el siglo XVIII: las bandas de falsificadores de moneda”, *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea* n. 7, 1986, p. 33-64.